

REFLEXÕES SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA EM UMA ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO

Ana Carolina Silva Cordeiro¹

INTRODUÇÃO

O presente texto foi originado de um trabalho que teve como objetivo analisar o processo educativo construído durante a pandemia, nos anos de 2020 e 2021, a partir das narrativas dos docentes e discentes da EREM Jornalista Trajano Chacon, localizada em Recife/PE.

E o presente texto objetiva apresentar as análises acerca das narrativas docentes sobre o que acarretaram as mudanças no formato de aula realizado durante a pandemia: na metodologia de ensino, na relação entre professor/a e aluno/a, na frequência dos/as alunos/as às aulas e na qualidade do processo educativo; e sobre os desafios e as estratégias construídas pela escola para acompanhamento e avaliação do desempenho dos/as discentes, a partir das narrativas dos docentes da escola acompanhada.

Outro estágio realizado durante a graduação, que este trabalho tem como referência, foi o estágio não obrigatório na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), no Centro de Estudos de Cultura, Memória e Identidade (CECIM) da Diretoria de Pesquisas Sociais (DIPES). A partir dele, eu tive a oportunidade de integrar o Laboratório de Estudos sobre Educação no Nordeste, em que participo de pesquisas coletivas e desenvolvi a pesquisa monográfica.

Como procedimentos metodológicos a pesquisa utilizou a revisão de literatura, análise de dados secundários e realização de entrevistas semiestruturadas com docentes e com a coordenadora da escola acompanhada em estudo de caso. O trabalho foi desenvolvido a partir do diálogo do olhar antropológico com a Sociologia da Educação. Foram desenvolvidas reflexões a partir dos escritos de autores como Fraçoise Dubet (2004) e Libâneo (2012).

Concluiu-se que a educação construída nesse período na EREM gerou sérias consequências sobre a realidade atual dos/as discentes pelo fato de poucos estudantes terem tido acesso a uma frequência plena nas aulas e pelo fato de as aulas, além de terem tido carga horária reduzida, foram realizadas de forma conteudista. Nesse sentido, é de suma importância

¹Mestra em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE e graduada em licenciatura e no bacharelado de Ciências Sociais, na mesma instituição-UFPE, anacarolcordeiroacsc@gmail.com

agora entender os efeitos da falta de acesso a uma educação satisfatória para tantos/as crianças e jovens nesse período para se conseguir uma resolução adequada e a tempo.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram: revisão de literatura, análise de dados secundários e realização de entrevistas semiestruturadas com docentes e com a coordenadora da escola acompanhada em estudo de caso. A revisão de literatura ocorreu durante todo o período da pesquisa, todo material coletado foi sistematicamente subsidiado por uma revisão de literatura sobre as temáticas que envolvem o projeto.

Os dados secundários que interessam a pesquisa são os, já citados, dados dos Censos Escolares, produzidos e divulgados pelo INEP, além das pesquisas norteadoras, algumas delas desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos sobre Educação no Nordeste, cujos dados foram utilizados para melhor contextualização e entendimento sobre o ensino desenvolvido nesse período no contexto do Brasil e de Pernambuco.

As entrevistas realizadas com os/as docentes foram semiestruturadas, levei um roteiro com os pontos a serem conversados, mas a entrevista foi livre e muitas perguntas apareciam conforme as narrativas dos/as entrevistados/as (BAUER; GASKELL, 2002). Para o convite das pessoas a serem entrevistadas na pesquisa o critério era estar na equipe de docentes da Escola durante o Ensino Remoto, ou seja, nos anos de 2020 e 2021. Foram entrevistados 4 docentes e 1 coordenadora, o objetivo foi entrevistar um docente de cada área de ensino.

Essas estratégias metodológicas utilizadas suscitaram textos produzidos no diário de campo, com o objetivo de realizar relatos a partir das impressões sobre os momentos em que estivemos presentes em campo. Assim como serão utilizados os relatos no diário de campo e relatórios dos estágios-pesquisa realizados durante esse período pandêmico. O período escolhido para a realização das idas a campo desta pesquisa foi o final do primeiro semestre de 2022, no mês de junho, pois já estavam com um semestre de experiência, de ensino e avaliação, da volta às aulas presenciais.

Em relação ao tratamento do dado qualitativo coletado, o procedimento utilizado foi baseado na organização proposta por Laurence Bardin: 1. A pré-análise; 2. A exploração do material; e, por fim, 3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação (BARDIN, 2009, p.121).

REFERENCIAL TEÓRICO

François Dubet (2004) ao refletir sobre como seria a igualdade e uma justiça escolar, afirma que a Sociologia da Educação mostra que a competição escolar objetiva não elimina as desigualdades, essas persistem, sejam elas de desempenho pessoal, ou desigualdades entre os sexos e entre grupos sociais, os grupos mais favorecidos desde o início da escolarização continuam tendo vantagens. Em outros termos, a escola meritocrática de massas aumentou o nível de escolarização da população, mas as diferenças entre os grupos não reduziram consideravelmente. Esse modelo pressupõe uma oferta igual e objetiva e ignora as desigualdades sociais dos estudantes.

Ele acrescenta que várias pesquisas provam que a escola trata menos bem ou estudantes de grupos menos favorecidos, pois enfrentam barreiras como: a estabilidade menor das equipes docentes em lugares periféricos, a expectativa dos docentes é menos favorável em relação aos estudantes e às famílias desfavorecidas, que se mostram mais ausentes, entre outras questões. Além da evidente crueldade do sistema meritocrático que consiste em tratar os “vencidos”, os estudantes que fracassam, não como vítimas de injustiça social, e sim, como responsáveis por seu próprio fracasso, pois a escola deu oportunidades para o sucesso. O autor defende que sejam adotados esses ideais de justiça:

É necessário introduzir uma dose de discriminação positiva a fim de assegurar maior igualdade de oportunidades. É preciso também garantir o acesso a bens escolares fundamentais, ou, para afirmar de modo mais incisivo, a um mínimo escolar. A escola justa deve também se preocupar com a utilidade dos diplomas. Ao mesmo tempo, e de maneira oposta, ela deve velar para que as desigualdades escolares não produzam, por sua vez, demasiadas desigualdades sociais. Enfim, um sistema competitivo justo, como o da escola meritocrática da igualdade de oportunidades, deve tratar bem os vencidos na competição, mesmo quando se admite que essa competição é justa (DUBET, 2004, p. 15).

Numa escola justa, é necessário se considerar as desigualdades reais e tentar compensá-las, tratar bem todos os estudantes, independentemente do desempenho escolar desses, vê-los como sujeitos em evolução, e não como sujeitos engajados em uma competição. O autor afirma que mesmo que essas ideias pareçam tímidas, por não afirmarem um modelo de igualdade perfeita, ele opta por não adotar um posicionamento com intenção mais radical, pois prefere essas ideias a outras que não têm possibilidade de serem postas em prática (DUBET, 2004).

Libâneo (2012) também traz importantes contribuições ao refletir sobre as ideias e conceitos presentes em políticas escolares e políticas compensatórias, acrescenta que um dos

perigos atuais é uma escola “a duas velocidades”, ou seja, por um lado ela funciona como centro de acolhimento social para estudantes oriundos dos grupos sociais menos favorecidos, com o discurso da participação e cidadania; e por outro lado, uma escola centrada na aprendizagem e no domínio das tecnologias, para formar os filhos das classes mais favorecidas (LIBÂNEO, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas entrevistas com os docentes, foram compartilhadas experiências que evidenciaram muitas dificuldades e limitações em relação ao processo de ensino-aprendizagem no contexto de aula remotas, desde a falta de apoio institucional que os/as docentes tiveram para a realização das aulas remotas, à dificuldade de acesso aos meios que possibilitassem essas aulas, como internet e aparelhos eletrônicos, sobretudo para os/as discentes. Os docentes afirmaram sobre a baixa frequência dos/as discentes nas aulas remotas, assim como foi observado durante os estágios, frequentaram menos do que 25% da quantidade de discentes que estava matriculada. E esses fatos estão em consonância com os resultados das pesquisas citadas em âmbito nacional e estadual, durante o ensino remoto na pandemia (OLIVEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2021; COUTINHO *et al*, 2021).

Em relação ao ensino construído na Escola nesse processo, outra coisa que foi evidenciada foi a educação conteudista que foi construída e a baixa qualidade e profundidade dos conteúdos ministrados. Isso ocorreu, menos pela redução da carga horária de aulas e mais pela inadequação das metodologias utilizadas. Somam-se a isso as limitações em relação ao acesso à tecnologia para se acompanhar as aulas da escola e o acesso dos/as discentes aos equipamentos e à internet.

Sobre as avaliações de aprendizagem, os docentes e discentes pontuaram questões bem problemáticas, como o fato de os docentes não poderem acompanhar bem e terem *feedback* dos/as discentes, de as provas terem ficado cada vez mais fáceis para os/as discentes conseguirem acompanhar. Mas, vimos também que isso desestimulava alguns discentes, segundo suas narrativas. Tudo isso gerou impactos sobre a educação construída nesse período e sérias consequências sobre a realidade atual dos/as discentes, que passaram quase dois anos sem terem acesso a uma educação satisfatória. Também foi apontado pelos docentes e pela coordenadora que grande parte dos/as discentes enfraqueceram os vínculos com a escola e a educação formal, tendo sérios prejuízos no desempenho escolar e na relação com a instituição, colegas, docentes etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do percurso realizado na pesquisa, foi possível acessar uma realidade mais profunda sobre a educação na pandemia e as experiências nesta Escola, selecionada como estudo de caso. Pois, promover reflexões sobre as respostas obtidas nas entrevistas com a coordenadora e docentes, trouxeram dados bem relevantes. Então, a avaliação é de que a pesquisa foi bem importante para entender melhor os desafios da educação no período pandêmico, as consequências e a possibilidade de que ainda sentiremos os impactos disso por muitos anos.

Com relação aos desafios explanados, a partir da educação construída nas escolas públicas no contexto pandêmico, muitos justificam afirmando que a educação remota foi a única possível de ser desenvolvida durante esse período, o que de fato parece ter sido, porém, será que essa foi a única forma possível de ser desenvolvida? Ou seja, será que sob outras condições a educação construída na EREM Jornalista Trajano Chacon teria sido avaliada de forma diferente pelos atores envolvidos? Por exemplo, se os/as discentes tivessem acesso à internet, a aparelhos eletrônicos, os/as docentes tivessem maior apoio institucional, inclusive, melhor preparo e capacitação para desenvolver as aulas, se a maior parte dos/as discentes matriculados/as tivesse acesso real à escolarização nesse período, entre outras coisas, certamente os dados encontrados seriam outros, alterando condições tão relevantes.

No entanto, sabemos que essas condições dependem de fatores que fogem à autonomia, controle e decisão da Escola e dos/as docentes, são fatores estruturais e dependem de decisões tomadas por governantes e legisladores e a população vive com as consequências. Esse cenário se constitui em uma “seleção legal” do acesso aos estudos, apesar de o direito à educação ser um direito social positivado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (FEDERAL, 1988).

A educação é direito social de grande importância, não somente previsto na Constituição como também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB-9394/1996, assim como por meio de portarias e leis complementares. Além de que a escola não somente ajuda a garantir educação, mas também facilita o acesso a outros direitos sociais, como à saúde e à alimentação (GADELHA *et al.*, 2022). François Dubet (2004) afirma sobre justiça e igualdade escolar que, para alcançá-las é necessário a discriminação positiva, para uma maior igualdade de oportunidades; garantir bens escolares fundamentais, para afirmar incisivamente o direito a um

mínimo escolar; e a escola deve se comprometer para que as desigualdades escolares não gerem mais desigualdades sociais, ou seja, reconhecer as desigualdades reais e tentar compensá-las.

Nesse sentido, é de suma importância agora entender os efeitos da falta de acesso a uma educação satisfatória para tantos/as jovens nesse período, com leis e políticas públicas que exijam, impulsionem e orientem sanar as dificuldades geradas para os/as jovens em idade escolar. Ao visibilizar essa situação se pretende atentar para a necessidade de se construir uma resolução adequada e a tempo, para os jovens terem acesso pleno aos seus direitos não somente os referentes à educação, mas sobre tudo que a escola pode proporcionar e para que isso não possa gerar mais desigualdades sociais no Brasil.

Palavras-chave: Processos de ensino e aprendizagem; Ensino remoto; Educação e pandemia; Avaliação escolar.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

COUTINHO, H. G. **O Ensino Médio Público em Pernambuco no contexto da Pandemia da COVID-19: a retomada das atividades no formato remoto**. ANPAE, 2021. <http://www.educacaobasicaemfoco.net.br/simposio2021/> Acesso em 15/05/23.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

FEDERAL, Senado et al. **Constituição da república Federativa do Brasil**, 1988. 1998.

GADELHA, H. S., Castro Filho, H. M., Marques, A. T., Santos, S. A. dos., Oliveira, M. J. C. de., Silva, M. M. F., Nóbrega, J. C. da S., Fernandes, H. do N., & Gomes, F. F.. Análise da efetividade constitucional do direito à educação em tempos de pandemia da Covid-19 no Brasil. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, 11 (1), e5511120379. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i1.20379>. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. O Dualismo Perverso da Escola Pública Brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, mar. 2012.

OLIVEIRA, D. A., & PEREIRA JUNIOR, E. A. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Retratos da Escola**, 14(30), 719–734. 2021 Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1212> . Acesso em 10/03/2022